

GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA E A REPRESSÃO NO IMEDIATO PÓS-GOLPE

Paulo Giovani Antonino Nunes¹

INTRODUÇÃO

O período do governo do presidente João Goulart foi bastante tumultuado. Com grande radicalização tanto no campo da esquerda como no da direita política. Este tentou conviver entre as várias forças em conflito, ora tendendo para um lado ora para outro. Mas diante da conjuntura ele finalmente se decide por uma postura mais esquerdista. É no comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, que João Goulart dá de fato uma guinada para a esquerda. Este comício foi organizado pela CGT e pela assessoria sindical de Goulart e visava demonstrar o apoio popular às propostas de Reforma de Base do governo e pressionar o Congresso Nacional no sentido de que este aprovasse rapidamente os projetos encaminhados pelo Executivo. Nele Goulart anunciou a promulgação de dois decretos, o de nacionalização das refinarias particulares de petróleo e o da desapropriação das propriedades de terras com mais de 100 hectares que ladeavam as rodovias e ferrovias federais e os açudes públicos federais. Também prometeu enviar ao Congresso outros projetos de reformas, como a agrária, eleitoral, a universitária e a constitucional. Além disso, anunciou que nos próximos dias decretaria algumas medidas em ‘defesa do povo e das classes populares’. Neste seu discurso, Goulart atacou a ‘democracia dos monopólios nacionais e internacionais’, a ‘associação de classes conservadoras’, a ‘mistificação do anticomunismo’, a campanha dos ‘rosários da fé contra o povo’ e os ‘privilégios das minorias proprietárias de terras’, etc. (TOLEDO, 1984:95 e segs.).

Ao mesmo tempo em que ocorria o comício da Central do Brasil, as organizações das mulheres elaboravam manifestações contrárias a realização do mesmo, utilizando-se de símbolos religiosos. Segundo Simões (1985:93) além de divulgarem na imprensa a idéia de o comício era comunista e totalitário, “organizaram então um protesto silencioso, mas ideologicamente eficaz, pedindo a todas as famílias da Zona Sul do Rio para acederem uma vela em suas janelas na hora exata do comício”. Ao

¹ Professor do Departamento de História da UFPB, Campus I, João Pessoa.

mesmo tempo que se iniciava o referido comício a entidade que organizava as mulheres em São Paulo, a UFC, rezava o terço na Praça da Sé, pela salvação do Brasil.

Depois do comício da Central do Brasil as entidades femininas organizaram passeatas de “desagravo do rosário”, que segundo ela tinha sido ofendido por João Goulart e posteriormente, com o apoio da Igreja Católica e de várias entidades empresariais as “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que foram grandes manifestações contra o governo de Goulart. Também após o referido comício Castelo Branco fez considerações críticas a situação político-institucional do país e a chamada “Revolta dos Marinheiros.”² Esta sublevação dos marinheiros e a posterior anistia que lhes foi concedida por Goulart levou a um consenso dos militares contra ele. Para completar o quadro de conflito, Goulart comparece a uma reunião do Automóvel Clube, onde se estava comemorando o aniversário da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar da Guanabara e denunciou, em discurso, as pressões que vinha sofrendo da direita e afirma que a tentativa de golpe contra seu governo estava sendo financiada pelo imperialismo e pela burguesia associada.

Finalmente, na madrugada do dia 31 de março, o gal. Mourão Filho, comandante da IV Região Militar de Minas Gerais, ordenou que sua tropa se movimentasse de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, com o apoio do governador de Minas, Magalhães Pinto e de São Paulo, Adhemar de Barros e recebeu o apoio do gal. Amaury Kruehl, do Rio de Janeiro, que ainda tentou um acordo com João Goulart, para que este se afastasse do CGT e da UNE e de outras entidades “subversivas” que poderia manter poder. Jango recusa, e o golpe é desencadeado. João Goulart resolve não resistir, apesar do apelo de vários de seus aliados, para evitar uma guerra civil no país e se exila no Uruguai. A direita no Congresso aprova a declaração de vacância do cargo de Presidente da República e o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili, foi empossado no cargo (TOLEDO, 1984:103 e segs.).

Apesar de o presidente empossado ser o deputado Ranieri Mazzili, quem na verdade dava as diretrizes no governo era o Alto Comando da Revolução, integrado pelo General Arthur da Costa Silva, o Almirante Augusto Rademaker e o Brigadeiro

² No dia 26 de março, mais de 1000 marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, para comemorar o segundo aniversário da proibida Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e um contingente de fuzileiros navais, enviado para prender os manifestantes se insubordinaram e se solidarizaram com os revoltosos.

Correia de Mello. Oito dias após o golpe, o referido Alto Comando promulga o Ato Institucional N° 1 (AI-1), que entre outras coisas, limita os poderes do Congresso Nacional, do Judiciário, os direitos individuais, lança as bases para os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs) e autoriza a cassação de mandatos parlamentares.

No dia 15 de abril de 1964 o General Humberto de Alencar Castelo Branco, foi eleito de forma indireta, por um Colégio Eleitoral, presidente da República, inicialmente para concluir o mandato do presidente deposto, João Goulart. Castelo Branco, através de decreto-lei institui os IMPs, já previstos no AI-1, dando início a chamada “Operação Limpeza”. Os referidos Inquéritos deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas” (ALVES, 1989).

A chamada “Operação Limpeza” se expressou principalmente através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe. Segundo Alves (1989:66) “Manobras militares de busca e detenção foram conduzidas em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores, camponeses e estudantes”.

Neste artigo, nos interessa analisar como se deu o golpe civil-militar no estado da Paraíba e a repressão no imediato pós-golpe, principalmente sobre o mais temido dos movimentos sociais no estado, as Ligas Camponesas.

1 O GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA

O final do período trabalhista na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propicia o surgimento de práticas trabalhistas. Contudo, durante a década de 1940 e grande parte da de 1950, os trabalhadores não tiveram uma organização mais efetiva nem grandes conquistas do ponto vista econômico. Isso ocorreu, primeiro, por não se ter no Estado um nível de industrialização capaz de gerar um representativo operariado urbano, organizado em sindicatos, que lhe permitissem negociar politicamente as suas reivindicações; e segundo, por estar-se no processo inicial de crescimento das massas populares. Será somente a partir do final da década de

1950 e, principalmente, no início da década de 1960 que, a reboque da radicalização do movimento do campo, as forças populares na Paraíba irão se mobilizar em defesa de seus interesses, aproveitando-se dos espaços da política trabalhista.

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, representou o auge do trabalhismo na Paraíba.

Durante o período inicial de seu segundo governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios trabalhistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

Diante dos conflitos mais sérios envolvendo camponeses e proprietários, a atitude inicial de Gondim pautava-se na concepção de legitimidade das Ligas e, assim, caracterizava-se pela não aceitação do uso da repressão e da violência contra o movimento. Ao não aceitar o uso da violência contra as manifestações dos camponeses, o Governo procura adotar a difícil posição de relativa imparcialidade, esperando que a resolução dos conflitos se desse através de medidas judiciais, ou seja, pelo respeito às leis. Porém, em um momento de violenta efervescência social, manter uma postura desse tipo significava, no mínimo, deixar no abandono aqueles que, no momento, eram mais frágeis, no caso, os camponeses, principalmente, levando-se em conta que, no Estado da Paraíba, a justiça ainda era amplamente controlada pelos representantes da classe dominante. Essa posição de Gondim, se, por um lado, evitou que, durante a primeira metade de sua administração, fosse usada a repressão policial contra os camponeses, por outro, não impediu o uso da violência dos proprietários contra os camponeses. Mas, essa posição do Governo do Estado, de respeito às leis, significava um avanço dentro de uma sociedade em que nem esse elemento básico de regulamentação das relações sociais era respeitado pelos grupos dominantes. Além disso, significava também a garantia da manutenção de um mínimo de espaço de expressão para as vozes discordantes.

Essa postura do governo de Gondim, de procurar manter-se como árbitro entre as classes em conflito, era um reflexo da composição trabalhista que o elegeu. Pois ele

se encontrava encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda, grupos com os quais mantinha vínculos desde a campanha, e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do Estado, com os quais se aliou para se eleger. Assim, sua margem de conciliação era muito reduzida. A dificuldade de atingir um ponto de equilíbrio reflete-se nas respostas dadas pelos seus interlocutores, tanto os grupos de esquerda, quanto os grupos agrários, que ora o aplaudem, ora o criticam. Porém, mesmo o governo Gondim tendo uma atitude dúbia e omissa com relação aos conflitos no campo, ele, na necessidade de atrair as esquerdas, deu amplos espaços aos segmentos vinculados a estas forças. Dessa forma, Gondim sempre deixou clara a sua posição de vinculação às teses reformistas, defendidas por esses grupos. Defendeu as reformas de base, dentre as quais a reforma agrária, apesar de ter tido poucas ações práticas no sentido de realizá-las. Também se incorporou ao movimento pela legalidade, no sentido de garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e defendeu a volta do presidencialismo no plebiscito de 1963. Também procurou imprimir uma nova feição ao Estado – de acordo com os princípios reformistas e do nacional-desenvolvimentismo, dos qual era defensor – através da tecnificação do aparelho de Estado e da industrialização.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o populismo “gondinista”. Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo Gondim. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito³. Estas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento “gondinista”, que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

³ Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: “Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1964. (apud RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Alienados e Subversivos. A Aventura Estudantil (1950-1999)*. João Pessoa: Idéia, 2000:15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In GUEDES, Nonato. et al. (Orgs). *O jogo da verdade. Revolução de 64 30 anos depois*. João Pessoa: A União, 1994: 273-275.

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição trabalhista que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessa política trabalhista. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto trabalhista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas conseqüências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros⁴. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização

⁴ Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o Governo do Estado, a princípio articulado com as práticas trabalhistas, tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart (CITADDINO, 1998: 100 e segs.).

. No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembléia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim, com a colaboração de Antônio Vital do Rêgo e de seu secretário Sílvio Porto, elabora uma nota de apoio ao movimento golpista, que foi lida pelo governador na rádio estatal, a Tabajara, no dia 1º de abril. Afirma Gondim, na referida nota:

Não posso e não devo, neste instante de tanta inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de governador dos paraibanos.

Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao governo central.

Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das classes armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da segurança nacional.

O movimento que eclodiu nestas últimas horas em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o

país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranqüilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos.

O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identificou-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime democrático. (apud MELLO, 2004: 135-136)

Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à “revolução” se dará de forma absoluta e inquestionável.

1.2 A REPRESSÃO NO IMEDIATO PÓS-GOLPE

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A

sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apóia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. A Assembléia Legislativa, através de projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida. E a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes, José da Silva Gomes, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal. O reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Mário Moacyr Porto, foi afastado do cargo, em seu lugar foi nomeado como interventor o professor de Medicina e ex-oficial do Exército, Guilherme Martins Alves, que depois foi eleito pelo Conselho Universitário, onde exerceu mandatos sucessivos até o ano de 1971.

Apesar da repressão ter se estendido a vários setores da sociedade, ela se fez mais forte sobre as Ligas Camponesas, que era considerado uma afronta aos grandes proprietários de terra e uma ameaça de subversão da ordem.

O deputado estadual Assis Lemos, presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba foi preso no Recife no dia 6 de abril de 1964, onde tinha ido prestar apoio a uma possível resistência do governador de Pernambuco, Miguel Arraes e após vê a impossibilidade de resistir se encontrava hospedado na residência do ex-deputado paraibano Osmar de Aquino. Segundo Lemos, em relato no seu livro, “Nordeste. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64”, após sua prisão:

Puseram-me numa Rural Willys [...] e foram me espaçando até o Quartel General, no Parque 13 de Maio, em Recife. Pararam no caminho e discutiram se deveriam ou não, levar-me até a praia, para uma sessão de afogamento. Felizmente desistiram. (LEMOS, 1996:218)

Posteriormente, o deputado Assis Lemos foi trazido para João Pessoa, para o Quartel do 15 RI, segundo ele, neste percurso, as pessoas que estavam no carro que iriam transportá-lo, juntamente com o Coronel Hélio Ibiapina:

Iam discutindo qual o melhor caminho a tomar, e resolveram seguir em direção ao bairro de Macaxeira, na periferia de Recife. Quando ultrapassaram aquele bairro, o ‘muluto’ disse: ‘Coronel, prá que levamos este bandido prá Itabaina, quando podemos resolver aqui mesmo? O senhor está cansado e a viagem é longa’. O Coronel concordou e o motorista procurou uma estrada do lado direito da rodovia de Recife, em direção a João Pessoa. Parou o veículo e desceram. Fiquei com o motorista que me apontava um revólver, calibre 45. Logo, em seguida a um sinal de Ibiapina, o motorista mandou que tirasse a roupa ficando eu totalmente nu. Tiraram as cordas e os ferros de jipe, e me levaram a um matagal. Havia apenas uma casa, a cerca de 200 metros.

Numa árvore, instalaram o ‘pau-de-arara’, e me colocaram nele. Começaram a espancar-me, com tapas nos ouvidos – a famoso telefones – enquanto o Ibiapina interrogava-me sobre as armas vindas de Cuba. Respondi que não tínhamos armas e desconhecia totalmente que Cuba as houvesse enviado [...]

Sob o pretexto de que estivesse ocultando alguma informação, colocaram-me um jornal no ânus e tocaram fogo. Era um tipo de tortura chamado de ‘foguete’ ou ‘charuto cubano’ (LEMOS, 1996: 220-221).

Apesar das torturas, Assis Lemos ainda teve a sorte de sair com vida, depois de cumprir prisão na Ilha de Fernando de Noronha. Mas o mesmo não aconteceu com outros dirigentes das Ligas Camponesas na Paraíba, com foi caso de João Alfredo, conhecido com “Nêgo Fubá” e Pedro Inácio de Araújo, conhecido como “Pedro Fazendeiro.

João Alfredo era sapateiro e camponês, militante do PCB. Foi organizador das Ligas de Sapé (PB). Antes de 1964, esteve preso em várias ocasiões devido o seu trabalho político com os camponeses. Nas eleições municipais de 1963 foi eleito o vereador mais votado do município de Sapé. Logo após o golpe foi preso, torturado e ficou detido até setembro de 1964. Pedro Inácio de Araújo era trabalhador rural, também era filiado ao PCB, militou em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna. Foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé e membro da Federação das Ligas Camponesas. Foi preso no dia 08 de maio de 1964 pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria, João Pessoa,

onde foi torturado. Ambos foram soltos do 15º Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa (PB) no dia 07 de setembro de 1964 e nunca mais foram vistos tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que liga João Pessoa a Caruaru. De acordo com testemunhas, seriam os corpos de João Alfredo e Pedro Inácio de Araújo. São dados como desaparecidos. (DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE, 2007:69-70)

Logo após a soltura e o desaparecimento de ambos, a esposa de Pedro Fazendeiro, Maria Julia de Araújo, fez uma denúncia, através de carta ao *Jornal Correio da Manhã*, que foi publicada no jornal e posteriormente no livro “Tortura e Torturadores” de Marcio Moreira Alves. Dizia a referida carta:

O meu esposo, Pedro Inácio de Araújo, conhecido por Pedro Fazendeiro, como delegado das Ligas Camponesas da Paraíba nunca foi comunista somente porque lutava em benefício dos camponeses sofrendores nas Usinas nus engenhos e latifúndios. Porque somos agricultores também, por isso dr. redator meu esposo foi preso no dia 8 de maio pelo Exército. O Grupamento de Engenharia libertou ele no dia 16 de junho por não curpa formada não houve prisão preventiva, porém os inquéritos a esta altura passou a responsabilidade do major Cordeiro do 15 R. I. e este prorrogou a detensão dele pro mais 20 dias e depois mais 20; e assim sucedeu até 7 de setembro. Quando fui visitar ele no dia 10 de mesmo mês de setembro fui informada no quartel que ele avia sido sorto a 3 dias e o resultado é que procurei ele em todos os quartéis: de Natal, Recife, João Pessoa, não tendo notícia de espécie nem uma toda apreensiva com o desaparecimento de misterioso. Passo muita fome com meus cinco filhos menores que choram o desaparecimento do pai o comentário do povo é que ele foi assassinado. Confiu em Deus nas autoridades superiores e em V. Excia. E no dinamismo deste grande e combativo jornal que o desaparecimento de meu esposo chegará até aos ouvidos do Sr. Presidente da República e do Ministro da Guerra (ALVES, 1966: 212).

Sobre o referido caso, o ex-deputado Joacil de Brito Pereira, figura civil ativa no golpe civil militar de 1964, na Paraíba, e, portanto, muito bem relacionado com os militares, afirma em suas memórias:

Corria a versão de que, naquela noite, avisaram a polícia que eles iam sair da prisão. E policiais os teriam pegado, levando-os para lugar ermo, onde os eliminaram. As autoridades militares apresentaram provas de seus registros de que os dois campônios foram soltos. Mas inquérito não abriram. Nem tão pouco na área do Governo do Estado se tomou qualquer providencia. Até hoje esses homens não apareceram (apud LEMOS, 1996: 254)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, como podemos observar, os momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário tranbalhista, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. No entanto esse governo capitulou e aderiu ao golpe civil-militar e a repressão se abateu de forma bastante dura, sobre vários setores da sociedade civil e em especial sobre os camponeses e dirigentes das Ligas Camponesas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ALVES, Marcio Moreira. **Torturas e torturados**. Rio de Janeiro: Cidade Nova, 1966.
- BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.
- CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 111-137.
- LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste**. O Vietnã que não houve. Ligas Camponesas e o golpe de 64. Londrina: UEL/UFPB, 1996.
- MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise**. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.
- MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**. O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.
- MELO, José Octávio de Arruda. **1964 no mundo, Brasil e Nordeste**. João Pessoa: UNIPÊ, 2004.
- PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira.; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994.
- SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família**. As mulheres no golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.